



**RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA,
FINANÇAS E INVESTIMENTO DO FÓRUM PARLAMENTAR SADC PARA A 52ª
SESSÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

TEMA: “CONSOLIDAR A DEMOCRACIA, LEVANDO O PARLAMENTO AO POVO”

Sr. Presidente, suplico que esta Assembleia Plenária aprove o Relatório da Comissão Permanente do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento (TIFI) para a 51ª Sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, colocado sobre a mesa a 5 de Dezembro de 2022.

Índice

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	1
2,0 TERMOS DE REFERÊNCIA.....	1
3,0 NÚMERO E DATA DAS REUNIÕES	1
4.0 CONTEXTO.....	1
5.0 RESUMO DAS APRESENTAÇÕES.....	2
5.1 Apresentação pelo Sr Levi Singh Oficial de Política Regional do Fundo Africano para a SDSR.....	2
5.2 Resumo da apresentação do Sr. Jacob Makambwe, Secretário-Geral da Associação de Comerciantes Transfronteiriços da África Austral	3
5.2.1 Estrutura Regional.....	4
6.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	5
7.0 CONCLUSÃO	8
8.0 ANEXOS.....	9

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão era composta pelos seguintes Membros:

1.	Sua Excelência, Dithapelo Keorapetse (Vice-Presidente)	Botsuana
2.	Sua Excelência, Ruth Mendes	Angola
3.	Sua Excelência, Leon Mukendi Tumba	DRC
4.	Sua Excelência Sen. Isaac Mmemo Magagula	Eswatini
5.	<i>Para ser assessorado</i>	Lesotho
6.	Sua Excelência. Denis Namachekecha	Maláui
7.	Sua Excelência. Marie Joanne Sabrina Tour	Maurícias
8.	Sua Excelência Donovan Jimmy Getrude Johnny	Madagascar
9.	Sua Excelência Carlos Moreira Vasco	Moçambique
10.	Sua Excelência. Vipuakuje Muharukua	Namíbia
9.	Sua Excelência Audrey Vidot	Seychelles
10.	Sua Excelência. Ntombovuyo Veronica Mente-Nkuna	África do Sul
11.	Sua Excelência Dr Alfred James Kimea	Tanzânia
12.	Sua Excelência Kalalwe Mukosa	Zâmbia
13.	Sua Excelência Anele Ndebele	Zimbábue

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA

Os Termos de Referência da Comissão Permanente do TIFI, estão estabelecidos na Regra 42(b) do Regulamento Interno do FP da SADC.

3.0 NÚMERO E DATA DAS REUNIÕES

A Comissão realizou uma reunião virtual sob a forma de audição pública no sábado, 26 de Novembro, para analisar o tema: “Consolidar a Democracia, levando o Parlamento ao Povo.”

4.0 CONTEXTO

Desde a sua criação, o Fórum Parlamentar da SADC tem vindo a trabalhar para promover a cooperação interparlamentar e a diplomacia em toda a África Austral. A colaboração a nível parlamentar era essencial uma vez que tendia a desenvolver as semelhanças existentes entre os interesses nacionais de países individuais e os interesses regionais da comunidade e a diminuir quaisquer dissimilaridades. No centro dos esforços do Fórum estiveram, em todos os momentos, os cidadãos da região. Nesta linha, o Fórum esforçou-se seriamente por recolher o que os cidadãos da SADC queriam, e foi isto que orientou a direcção que as actividades da Instituição tomaram. Isto estava de acordo com os princípios fundamentais de uma democracia que se baseava na vontade do povo expressa através de um órgão representativo como o Parlamento. Desta forma, o Fórum assegurou que o seu trabalho permanecesse relevante e sincronizado com as aspirações do povo da região.

De acordo com o desejo do Fórum de aprofundar a democracia participativa, foi conveniente que os parlamentares da região tivessem uma interacção directa com os cidadãos da SADC, de modo a ter uma apreciação mais clara das questões de interesse regional e a discuti-las a nível do Fórum. Como o Fórum estava em processo de transformação num Parlamento Regional da SADC consultivo e deliberativo, houve necessidade de uma interacção mais profunda e de maior impacto com os cidadãos para reforçar a sua confiança nos benefícios do envolvimento parlamentar a nível nacional e regional. A Comissão Permanente do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento, por conseguinte, convocou uma audição pública para dar uma oportunidade de envolvimento directo aos cidadãos ou representantes dos cidadãos da SADC na busca de captação de questões actuais e emergentes que eram adequadas ao clima socioeconómico prevalecente.

5.0 RESUMO DAS APRESENTAÇÕES

A Comissão recebeu duas apresentações do Fundo Africano de SDSR (SAT) e da Associação de Comerciantes Transfronteiriços da África Austral (SACBTA). Segue-se um resumo de cada uma das submissões.

5.1 Apresentação pelo Sr Levi Singh Oficial de Política Regional do Fundo Africano para a SDSR

A apresentação centrou-se na importância dos vistos e do comércio e na razão pela qual eles são importantes para os cidadãos. O apresentador começou a sua apresentação partilhando uma experiência de um grupo de jovens de que fazia parte não ter conseguido obter vistos para facilitar as viagens a um Estado membro da SADC, o que resultou no cancelamento da missão. O Sr. Singh expressou a preocupação de que se os cidadãos da SADC não pudessem viajar livremente dentro da região da SADC e na África Oriental, então não havia esperança de comércio livre, especialmente a circulação de medicamentos e outros bens essenciais no continente.

Salientou que desde o início da pandemia global da COVID-19, as desigualdades gritantes tornaram-se flagrantemente claras para todo o mundo à medida em que a África foi empurrada para o fim da fila para a obtenção de kits de teste da COVID, vacinas, e também para os medicamentos da COVID. O desprezo do Norte e das partes mais ricas do mundo pela vida africana foi aterrador e imoral.

O Sr. Singh recordou que durante o auge da pandemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), os activistas africanos, alinhados com a sociedade civil mundial, lutaram para obter Antiretrovirais (ARV) para manter as pessoas vivas. A maioria dos países africanos lutava todos os anos com o poder da indústria farmacêutica e o seu controlo mortal sobre a propriedade intelectual dos medicamentos essenciais para manter os africanos vivos e saudáveis.

O Sr. Singh explicou que a falta de capacidade de fabrico tornou-se, na sua maioria, digna de notícia durante pandemias e crises. Ao salientar este ponto, demonstrou que os preservativos eram um instrumento único com um triplo benefício de protecção contra o VIH, as ISTs e as gravidezes indesejadas, no entanto, a diferença entre o total de preservativos disponíveis e a procura anual em toda a África subsariana era de 3 mil milhões de preservativos. Um estudo de viabilidade realizado em 2016 pelo secretariado da SADC revelou que o mercado total de preservativos masculinos na SADC foi estimado em 4 mil milhões de unidades com um valor superior a 105 milhões de dólares. Acrescentou que nove em cada dez preservativos disponíveis na SADC foram importados, e apenas cinco países em todo o continente produziram os seus próprios preservativos, sendo três na região da SADC, nomeadamente: África do Sul, Botsuana e Namíbia. No entanto, estes cinco fabricantes produziram e forneceram menos de 10% da procura de preservativos do continente. Lamentavelmente, apenas algumas das marcas de preservativos fabricados localmente cumpriram as normas de pré-qualificação estabelecidas pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e pelas Organizações Mundiais de Saúde (OMS).

No que diz respeito ao comércio, o apresentador reiterou que os produtos não poderiam ser produzidos em África se não tivessem livre circulação para importação e exportação através do continente. O Acordo de Comércio Livre Continental Africano criou agora teoricamente um mercado de 1,3 mil milhões de pessoas, e uma estimativa de 2,2 mil milhões de pessoas até 2050. Com um mercado tão vasto, os fabricantes poderiam teoricamente ser capazes de competir através de economias de escala e de gama significativas. No entanto, para lá chegar, havia necessidade de uma acção deliberada, ousada e ponderada.

O Sr. Singh apelou a uma ajuda que funcionasse em colaboração com os africanos para manter as pessoas vivas, mas num quadro que construísse a sustentabilidade para a saúde do continente a longo prazo, apoiando a produção local e não uma ajuda que implodisse os mercados internos dos países.

Em conclusão, o apresentador defendeu a inclusão dos jovens tanto no desenvolvimento de quadros legislativos regionais como no novo centro emergente de financiamento da saúde para a região, onde tais decisões precisavam de ser tomadas.

5.2 Resumo da apresentação do Sr. Jacob Makambwe, Secretário-Geral da Associação de Comerciantes Transfronteiriços da África Austral

Na audiência pública, a Comissão Permanente do TIFI recebeu e considerou uma apresentação do Sr. Jacob Makambwe, Secretário-Geral da Associação de Comerciantes Transfronteiriços da África Austral. A apresentação do Sr. Makambwe destacou várias questões-chave, tal como resumidas abaixo.

O Sr. Makambwe G afirmou que mais de oitenta por cento das mulheres eram participantes activos no comércio informal transfronteiriço na África Austral. Ele observou que a valiosa contribuição das mulheres comerciantes informais para o comércio na África Subsaariana continuava em grande parte por reconhecer.

Explicou que o projecto do Centro para o Comércio da África Austral da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) encomendou um estudo sobre as mulheres comerciantes transfronteiriças informais na África Austral. Como parte da estratégia de integração do género do Centro para o Comércio e dos esforços para melhorar a facilitação do comércio, o estudo examinou os constrangimentos, desafios, e oportunidades experimentados pelas mulheres envolvidas no comércio informal transfronteiriço.

Actualmente, o sistema de comércio formal em África era extremamente pesado, uma vez que tinha os maiores atrasos aduaneiros do mundo, com uma média superior a doze dias, que era mais de três vezes superior à média da Europa Ocidental. Infelizmente, grande parte do comércio subsariano envolvia intrépidos comerciantes informais transfronteiriços (ICBT), que eram na sua maioria mulheres. Tal como reconhecido pelo Centro para o Comércio, as mulheres constituíam cerca de 70% dos comerciantes informais transfronteiriços na região da África Austral. Por conseguinte, a redução das restrições e desafios enfrentados pelas mulheres no comércio informal transfronteiriço na região, especialmente nos postos fronteiriços, contribuiria não só para facilitar o comércio, mas também para promover a igualdade de género e reduzir a marginalização das mulheres.¹

5.2.1 Estrutura Regional

O apresentador informou ainda que existiam vários instrumentos políticos a nível regional que contribuíram para a progressão do comércio transfronteiriço informal na região da África Austral. Alguns dos instrumentos incluíam os descritos abaixo.

a) Protocolo Revisto da SADC sobre o Desenvolvimento e Género

O Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento previa o empoderamento das mulheres, a eliminação da discriminação e a promoção da igualdade e equidade de género através de legislação, políticas, programas e projectos que respondessem às questões de género. O protocolo foi revisto em 2016 para alinhar os seus objectivos com várias metas globais e questões emergentes.

¹Mulheres comerciantes transfronteiras na África Austral; Contribuições, restrições e oportunidades no Malawi e no Botsuana. Dr Rae Lesser Blumberg, Joyce Malaba and Lis Meyers, 2016.

O artigo 17º do Protocolo, que previa o Empoderamento Económico, era uma das suas principais disposições. O Artigo previa que os Partidos do Estado deveriam adoptar políticas e promulgar leis que assegurassem a igualdade de acesso, benefícios e oportunidades para mulheres e homens no comércio e empreendedorismo, tendo em conta a contribuição das mulheres nos sectores formal e informal.

b) Indicativo Regional do Plano de Desenvolvimento Estratégico 2020-2030

A reunião foi informada de que o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030 era um plano estratégico de dez anos que representava uma tentativa ambiciosa de definir a melhor forma de a SADC avançar para a Visão 2050 da SADC ao longo dos próximos 10 anos. Uma das intervenções chave do objectivo estratégico dentre outras quatro do Plano, era desenvolver instrumentos estratégicos de comércio transfronteiriço para facilitar o aumento do comércio por parte das MPMEs.

A Comissão observou da apresentação que, apesar da existência de quadros políticos a nível regional, os comerciantes transfronteiriços, na sua maioria mulheres, continuaram a enfrentar numerosos desafios que incluíam o assédio sexual, a falta de informação adequada sobre procedimentos aduaneiros e informação sobre novos desenvolvimentos, incluindo o Acordo de Comércio Livre Continental Africano, e muitas outras barreiras não pautais. Os comerciantes transfronteiriços também enfrentaram desafios no acesso ao financiamento para recapitalizar os seus empreendimentos comerciais, entre muitos outros desafios.

6. OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Após as apresentações, a Comissão:

- i. **ANOTOU** que o comércio transfronteiriço de pequena escala, que se caracteriza frequentemente por um maior número de mulheres, tem amplas ramificações em termos de pobreza, emprego, segurança alimentar e outras ramificações de desenvolvimento.
- ii. **ANOTOU AINDA** que embora sejam necessários programas comerciais eficientes e funcionais para enfrentar os vários desafios que pesam sobre os ombros dos comerciantes transfronteiriços informais, estes afiguraram-se insuficientes.
- iii. **RECORDOU** que o Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento (2016) previa o empoderamento das mulheres, a eliminação da discriminação e a promoção da igualdade e equidade de género através de legislação, políticas, programas e projectos que respondessem às questões de género.

- iv. **ELOGIOU** A SADC por ter deliberado extensivamente sobre questões de aumento de valor e promoção da indústria na sua 42ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo realizada em Agosto de 2022 sob o tema "Promover a industrialização através de, agro-processamento, benefício da extracção mineral, e cadeias de valor regionais para um crescimento económico inclusivo e resiliente".

Tendo em conta o que precede, a Comissão recomenda, por conseguinte, que a 52ª Assembleia Plenária seja convocada:

- a) **CONVIDA** os países da SADC a explorar iniciativas e investigação conjuntas com outros países da região, a fim de aumentar a produção de preservativos e colmatar a deficiência anual predominante de 3 mil milhões de preservativos na África Subsaariana e melhorar o acesso aos preservativos.
- b) **EXORTA** os Estados da SADC a construírem cadeias de valor farmacêutico competitivas e resilientes para garantir a segurança das mercadorias, dado o estatuto actual da maioria dos países da SADC serem importadores líquidos de produtos médicos e medicamentosos e o risco que coloca na saúde da população regional;
- c) **ENCORAJA** o Fórum Parlamentar da SADC em colaboração com o Secretariado da SADC e os Governos da Região da SADC a defenderem agressivamente a operacionalização do centro financeiro proposto para a saúde, a fim de acelerar os esforços no sentido da segurança regional sustentável dos produtos de saúde e da cobertura universal da saúde através do financiamento sustentável da saúde.
- d) À luz da crescente população de jovens, **APELA** aos Estados Membros da SADC para que haja um envolvimento pleno e significativo dos jovens em todas as discussões relativas à regionalização e a transposição ao regimento dos países o Acordo de Comércio Livre Continental Africano.
- e) **IMPLORA** os governos da SADC a implementar medidas concretas, bem como uma mistura de intervenções que abordem directamente os desafios do comércio transfronteiriço, tais como infra-estruturas, segurança e pesados requisitos comerciais que têm um impacto directo no custo do comércio.
- f) **INCENTIVA** os Estados-Membros a intensificarem o fluxo e o intercâmbio de informações entre os comerciantes, a fim de eliminar atrasos desnecessários nos postos fronteiriços. Além disso, exortar o governo da

SADC a melhorar os mecanismos de eliminação e informação sobre barreiras não pautais a nível regional.

- g) **DIRIGIR** o secretariado do FP da SADC a colaborar com o Secretariado da SADC e outros parceiros regionais na sensibilização de cidadãos e parlamentares relativamente ao Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento (2016) e questões-chave relacionadas com legislação, políticas e programas que respondam ao género, Visão 2050 da SADC e o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030.
- h) **IMPLORA** ao FP da SADC, em colaboração com os Parlamentos nacionais e a sociedade civil, para ampliar os mecanismos de monitorização e assegurar que os respectivos governos da SADC concebam e implementem políticas comerciais que promovam o desenvolvimento inclusivo, tais como a integração do género.
- i) **CONVIDA** os Estados Membros da SADC a desenvolverem agressivamente capacidades de adição de valor e beneficiação mineral para minimizar os custos económicos como resultado da exportação de produtos inacabados e, por sua vez, capitalizar os benefícios intrínsecos tais como oportunidades de emprego, desenvolvimento de indústrias, entre outros.

7.0 CONCLUSÃO

A Comissão observa que a realidade na região é que o sector financeiro continua a fornecer serviços e produtos financeiros não inclusivos que não apoiam adequadamente o crescimento das pequenas e médias empresas e comerciantes transfronteiriços, a maioria dos quais são mulheres e jovens. A Comissão sublinha o papel que o comércio transfronteiriço de pequena escala desempenha, especialmente entre as mulheres e os jovens, na geração de rendimentos das famílias, no combate à insegurança alimentar e à pobreza e o seu impacto na redução da desigualdade. No entanto, a necessidade de adição de valor e exportação de produtos na sua forma final não pode ser subestimada.

A Comissão deseja deixar registada a sua gratidão aos peritos e aos cidadãos da SADC pelas apresentações na audiência pública, bem como aos Parlamentos Nacionais, sem cujo apoio o trabalho da Comissão não teria sido executado com sucesso.

8.0 ANEXOS

ANEXO I - LISTA DE FUNCIONÁRIOS

O SECRETARIADO DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC

Sra. Boemo Sekgoma, Secretária-geral
Sra. Yapoka Mungandi, Director – Administração, Finanças e Recursos Humanos
Sra. Clare Musonda, Directora de Governação Corporativa
Sr. Sheuneni Kurasha, Gestor do Programa - Democracia, Governação e Direitos Humanos
Sra. Luziela Fernandes – Secretária da Comissão – Grupo Regional da Mulher Parlamentar
Sra Agnes Lilungwe– Assistente Pessoal da Secretária Geral
Sra. Paulina Kanguatjivi, Assistente de Procedimentos e Coordenadora
Sr Toivo Mwaala, Contabilista Assistente

PARLAMENTOS NACIONAIS

Sra Veronica Ribeiro – Angola
Mompoloki Mosheti – Botsuana
Jabulile Malaza– Eswatini
Sra. Liva N H. Raharison– Madagascar
Sr Bao T Ratahirisoa– Madagascar
Jaime Numaio – Moçambique
Maria Moombola, Namíbia
Akhona Dlomo – África do Sul
Edna K Zgambo, Zâmbia
Ifoma I Mulewa, Zâmbia
Betty Zulu – Zâmbia
Sr Cleopas Gwankwara – Zimbábue

SECRETARIOU

Sra. Edna K Zgambo, Secretária da Comissão– Comissão Permanentes de Comercio, Indústria, Finanças e Investimentos

MODERADORA E PROFISSIONAL DOS MÍDIA

Sra Bibiche Muzeke, DRC

ANEXO II - APRESENTADORES

Sr. Jacob Makambwe, Secretário-Geral - Associação de Comerciantes Transfronteiriços da África Austral
Sr. Levi Singh, Oficial da Política Regional - Fundo Africano de SDR